

PERFIL SOCIOECONÔMICO E PRODUTIVO DOS ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO ITAQUIRAÍ EM MATO GROSSO DO SUL

CHRISTIANE MARQUES PITALUGA ¹
DEVANILDO BRAZ DA SILVA ¹
GABRIELA RIBEIRO QUINTEIRO PEREIRA ¹
ISABELLA CÔRDOVA DE OLIVEIRA ¹
LEONARDO FRANCISCO FIGUEIREDO NETO ¹
LOACIR DA SILVA ¹
LUCAS CHRISTOVÃO DA SILVA ¹
MÁRCIO DE AQUINO DE AQUINO ¹
TCHOYA GARDENAL FINA DO NASCIMENTO ¹

¹Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
Faculdade de Direito – FADIR
Campo Grande, Mato Grosso do Sul

christiane.pitaluga@ufms.br, devanildo.silva@ufms.br, gabriela.quinteiro@ufms.br, isabella_cordova@ufms.br,
leonardo.neto@ufms.br, loacir51@gmail.com, lucas.c.silva@ufms.br, marcio.aquino@ufms.br,
tchoya.fina@ufms.br

RESUMO – Este artigo analisa o perfil socioeconômico e produtivo dos assentados do Assentamento Itaquiraí, localizado no estado de Mato Grosso do Sul. A pesquisa tem como objetivo compreender os impactos da regularização fundiária sobre as condições de vida, a organização da produção e o acesso a políticas públicas por parte das famílias assentadas. Por meio da aplicação de questionário, foram coletadas informações sobre características demográficas, produtivas, econômicas e sociais dos beneficiários. Os dados obtidos revelam tanto os avanços promovidos pela titulação de terras quanto os desafios persistentes enfrentados pelos agricultores familiares. Os resultados reforçam a importância da regularização fundiária como instrumento de inclusão social e fortalecimento da agricultura familiar, além de oferecer subsídios para o aprimoramento de políticas públicas voltadas ao meio rural.

ABSTRACT – This article analyzes the socioeconomic and productive profile of the Itaquiraí Settlement Project, located in the state of Mato Grosso do Sul, Brazil. The research aims to understand the impacts of land regularization on living conditions, production organization, and access to public policies by settled families. Through the application of questionnaires, data were collected on the demographic, productive, economic, and social characteristics of the beneficiaries. The findings reveal both the progress made through land titling and the ongoing challenges faced by family farmers. The results highlight the importance of land regularization as a tool for social inclusion and the strengthening of family farming, while also providing insights for improving rural public policies.

1 INTRODUÇÃO

A questão da terra no Brasil é historicamente marcada por desigualdades na sua distribuição e acesso, o que motivou a criação de políticas públicas voltadas à reforma agrária. Nesse contexto, os assentamentos rurais surgem como alternativa para inclusão social, geração de renda e promoção do desenvolvimento sustentável por meio da agricultura familiar e comercialização. A regularização fundiária, com a concessão de títulos de domínio ou contratos de concessão de uso, representa um passo fundamental para assegurar aos agricultores assentados a posse legal da terra, garantindo segurança jurídica, acesso a crédito rural e a programas governamentais.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é o órgão responsável pela governança e ordenamento da estrutura fundiária no Brasil, tendo implantado desde sua criação, em 1970, milhares de projetos de assentamentos que abrangem 969 mil famílias em 2.100 municípios. A região Centro-Oeste detém significativa parcela desse programa, com 13,79% dos projetos e 14,31% das famílias assentadas no país, sendo que no Mato Grosso do Sul há um total de 27.764 famílias assentadas em 204 projetos que ocupam 716.212 hectares (BRASIL, 2020). No estado de Mato Grosso do Sul, o assentamento Itaquiraí é um dos contemplados por essas ações, abrigando famílias que buscam consolidar sua produção rural, melhorar suas condições de vida e fortalecer sua inserção econômica (BRASIL, 2021).

Este artigo tem como objetivo geral analisar o perfil socioeconômico dos agricultores beneficiados pela regularização fundiária federal, identificando os principais impactos da titulação em suas atividades produtivas, como

acesso a crédito rural e investimentos em produção. Os objetivos específicos são caracterizar o perfil demográfico e econômico dos agricultores titulados (idade, escolaridade, renda, tamanho da propriedade etc.). Busca-se compreender, a partir de dados primários, as condições de vida das famílias, a organização da produção, os canais de comercialização, os desafios enfrentados e as perspectivas de desenvolvimento local. O estudo contribui para o debate sobre a efetividade da titulação de terras e a formulação de políticas públicas mais eficazes para o fortalecimento da agricultura familiar nos assentamentos rurais.

O assentamento está localizado no município de Itaquiraí (a 406 km da capital), no estado de Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste do Brasil. Essa área faz parte da microrregião de Iguatemi, situada no sudoeste do estado, próxima à fronteira com o Paraguai (69 km) e à divisa com o Paraná (78 km). O Governo Federal, em parceria com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e o Instituto BioSistêmico, tem incentivado a produção agrícola sustentável no local, com foco em hortaliças. O assentamento também tem recebido apoio para a implementação de práticas como permacultura e segurança alimentar.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso com abordagem quantitativa e descritiva, cujo foco é o assentamento Itaquiraí, localizado no estado de Mato Grosso do Sul. Para a coleta de dados primários, foi aplicado um questionário semiestruturado junto aos assentados, contendo perguntas fechadas e abertas que permitiram levantar informações relativas ao perfil demográfico, social, econômico e produtivo das famílias.

O instrumento de coleta foi dividido em três blocos principais, analisando as características pessoais e familiares do responsável pelo lote, a estrutura produtiva e acesso a serviços e políticas públicas e os dados sobre renda, custos, comercialização e crédito rural.

A amostragem foi realizada por conveniência, priorizando a representatividade dos diferentes perfis de agricultores do assentamento. As entrevistas ocorreram durante o ano de 2024, durante visitas de campo realizadas pela equipe do projeto de extensão vinculado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em parceria com o INCRA e Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC).

Os dados foram tabulados e analisados por meio de estatística descritiva (frequências absolutas e relativas), com apoio de gráficos para facilitar a compreensão dos resultados. A pesquisa seguiu os princípios éticos da pesquisa com seres humanos, sendo previamente aprovada por Comitê de Ética.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção, vamos analisar graficamente o perfil socioeconômico das famílias assentadas do Assentamento Itaquiraí.

Serão utilizadas como fonte, entrevistas realizadas com os titulares que detém a escritura do lote, caracterizando uma amostra de 60 entrevistados. Foi realizado um questionário, com cerca de 11 tópicos, organizados em diferentes perguntas e seções. Dentre eles, a situação ocupacional de cada lote, o perfil etário, a principal fonte de renda, a segurança, a motivação e a produção agrícola das famílias assentadas.

Avaliar programas como o de titulação de terras é essencial para entender seus impactos reais e identificar áreas de melhoria. Além disso, embora a avaliação de políticas públicas tenha alcançado uma difusão relevante entre as comunidades acadêmica, política e técnica, ainda não se observa uma cultura consistente de avaliação no Brasil. Integrar a avaliação como um instrumento decisivo para o processo de gestão pública é fundamental para a eficácia e transparência das políticas.

Outros aspectos importantes são os desafios na implementação do projeto, que precisam ser reconhecidos para que se possa concluir sua execução. Analisar esses desafios pode fornecer insights valiosos para superar obstáculos e melhorar a execução de futuros projetos similares. A avaliação também visa entender como a regularização fundiária afeta diretamente a vida e o bem-estar dos agricultores familiares, contribuindo para a melhoria das condições sociais nas comunidades rurais.

3.1 Titulação e situação ocupacional

A titulação da terra é fundamental, pois a garantia legal de propriedade tem implicações diretas na segurança jurídica, acesso a políticas públicas, de crédito e investimentos e dignidade social.

Nesse sentido, a situação no Assentamento é variada. Destaca-se que embora 15% dos assentados tenham quitado integralmente a Guia de Recolhimento da União – GRU (documento utilizado para o pagamento de taxas e serviços públicos federais) e outros 15% estejam com a guia emitida, 39% estão com o título apenas registrado em cartório, sem quitação total ou liberação da cláusula resolutiva. Ademais, 8% das famílias estão com o título com cláusula resolutiva liberada enquanto 11% estão com o título em processo de liberação.

Portanto, os benefícios esperados da titulação não foram plenamente alcançados a todas as famílias do Assentamento.

Gráfico 1 – Situação dos Títulos no Assentamento Itaquiraí.



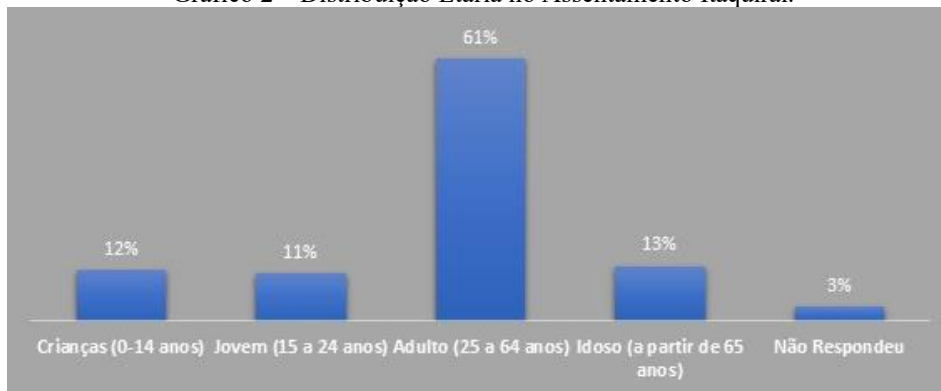
Fonte: Os autores (2025).

3.2 Perfil dos assentados

Entender as características dos assentados é de suma importância no desenvolvimento do assentamento, pois auxilia a elaboração de políticas de inclusão via assistência técnica e extensão rural. Nesse sentido, consoante à distribuição etária do Assentamento Itaquiraí, a composição etária revela um predomínio da faixa adulta (25 a 64 anos), representando 61% da amostra.

Sabe-se que, os jovens são importantes para a permanência do trabalho familiar através da sucessão. Dessa forma, a classe mais jovem, abrangendo as crianças (0-14 anos) e os jovens (15 a 24 anos) compõe 23% do total da amostra, um número expressivo e ao mesmo tempo positivo, uma vez que futuramente poderão auxiliar com mão de obra e participação ativa no assentamento.

Gráfico 2 – Distribuição Etária no Assentamento Itaquiraí.



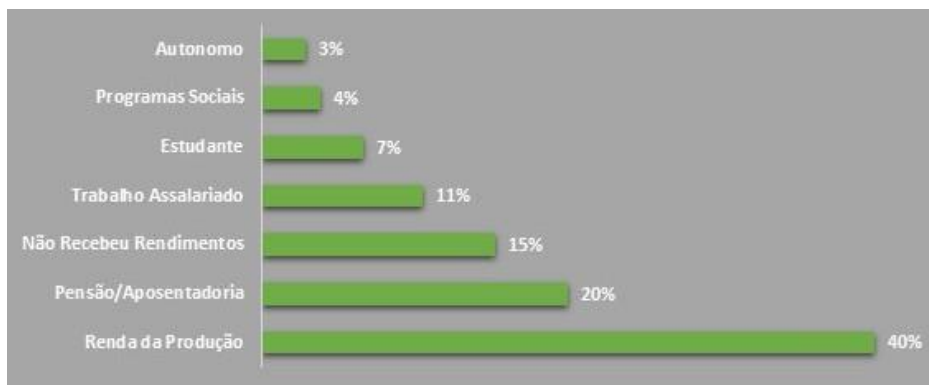
Fonte: Os autores (2025).

3.3 Fontes de renda

Para 40% dos assentados, a renda da produção constitui sua principal fonte de renda, seguida por aposentadorias/pensões (20%) e trabalho assalariado (11%). Uma parcela significativa declarou não ter recebido rendimentos (15%) ou não se encaixar nas categorias disponíveis (14%).

Ao comparar esses resultados com estudos existentes, como o de Santos, Oliveira e Pinto (2020), é evidente a relevância não só da renda da produção como da renda previdenciária na composição da renda familiar de assentados, que de acordo com Leite et al. (2004) “tem se constituído numa espécie de garantia da manutenção de diversas famílias rurais”.

Gráfico 3 – Fontes de Renda no Assentamento Itaquiraí.



Fonte: Os autores (2025).

3.4 Segurança e motivação

O sentimento de segurança que surge após a titulação da terra é um ponto essencial e muito reconhecido como um dos benefícios da reforma agrária. A titulação, ao garantir segurança jurídica, permite que os agricultores se considerem como produtores rurais, com direito a políticas públicas e acesso ao crédito, o que ajuda a estimular o crescimento econômico. Isso é expresso pela análise, que revela que 79% das famílias entrevistadas sentem-se mais seguras com sua propriedade após a titulação.

A segurança proporcionada por direitos de propriedade claramente definidos possibilita um planejamento a longo prazo, pois os proprietários de terras sentem-se mais confiantes de que suas decisões serão executadas e que poderão usufruir dos retornos de seus investimentos. Títulos de terra reconhecidos também estimulam investimentos por servirem como garantia de empréstimos e por permitirem que proprietários tenham acesso a mercados de capital (Alston et al., 1999).

A falta de título, por outro lado, implica que os proprietários não têm certeza se poderão se beneficiar de seus investimentos e das medidas de conservação dos recursos naturais que porventura adotem (Alchian & Demsetz, 1973; Alessi, 1987; Alston et al., 1994; Beaumont & Walker, 1994). Nestas circunstâncias, os proprietários que não possuem título tenderiam a optar pelo consumo imediato dos recursos disponíveis em vez de realizar investimentos no longo prazo e adotar medidas visando a produção agrícola sustentável.

Gráfico 4 – Sentimento de segurança no Assentamento Itaquiraí.



Fonte: Os autores (2025).

Ademais, a motivação para produzir e comercializar é um desdobramento direto dessa segurança. 84% dos entrevistados afirmam que se sentem motivados a produzir para comercializar sua produção. A reforma agrária, ao viabilizar o acesso à terra, possibilita aos assentados centrarem suas estratégias de reprodução familiar e sustento no próprio lote, associando-as a outras atividades e gerando emprego.

Gráfico 5 – Sentimento de motivação no Assentamento Itaquiraí.



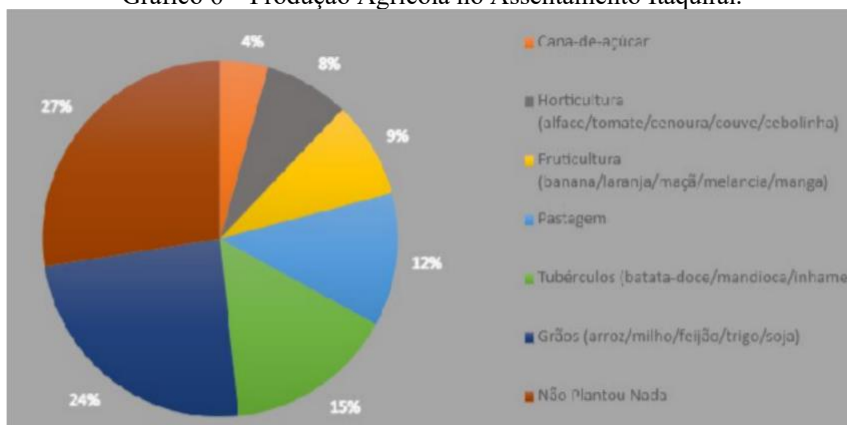
Fonte: Os autores (2025).

3.5 Produção agrícola

Diante do perfil produtivo analisado, podemos evidenciar que apesar de não haver motivações e estrutura para plantio em 27% das famílias, atividades como plantio de grãos (24%) e tubérculos (15%) ainda ocorrem em grande parte do Assentamento. Outras atividades, em menor quantidade são pastagem, fruticultura, horticultura e plantio de cana-de-açúcar.

O perfil produtivo dessas famílias não é muito expressivo. De modo que a maior parte não se dedica ao cultivo de nenhuma cultura em sua terra.

Gráfico 6 – Produção Agrícola no Assentamento Itaquiraí.



Fonte: Os autores (2025).

4 CONCLUSÃO

A análise do perfil socioeconômico e produtivo dos assentados do Projeto de Assentamento Itaquiraí evidencia que, embora a titulação da terra represente um avanço importante na garantia de direitos e no fortalecimento da segurança jurídica das famílias assentadas, seus impactos plenos ainda não foram alcançados por todos. Os dados demonstram que há diferentes estágios no processo de regularização fundiária, o que implica em desigualdades no acesso a políticas públicas e na consolidação das atividades produtivas.

Verificou-se que a maioria dos assentados pertence à faixa etária adulta, com presença significativa de jovens e crianças, o que indica potencial para sucessão familiar no campo. No entanto, os resultados também revelam limitações no perfil produtivo, com parte considerável das famílias ainda sem atividades agrícolas efetivas, o que reforça a necessidade de assistência técnica, crédito rural acessível e políticas de incentivo à produção e à comercialização.

Apesar das dificuldades, o sentimento de segurança proporcionado pela titulação e a motivação para produzir e comercializar indicam que os assentados reconhecem o valor da terra como instrumento de autonomia e dignidade. Assim, o estudo conclui que a regularização fundiária, aliada a políticas públicas integradas e contínuas, é essencial para promover o desenvolvimento sustentável, fortalecer a agricultura familiar e garantir a permanência das famílias no campo com qualidade de vida e inclusão produtiva.

5 REFERÊNCIAS

ALCHIAN, Armen; DEMSETZ, Harold. The property right paradigm. *The Journal of Economic History*, v. 33, n. 1, p. 16–27, 1973.

ALESSI, Luiz M. Reforma agrária e desenvolvimento rural: uma abordagem institucional. São Paulo: Hucitec, 1987.

ALSTON, Lee J.; LIBECAP, Gary D.; MUELLER, Bernardo. The influence of the state on the evolution of property rights. In: HARRIS, John; NUGENT, Jeffrey (Org.). *Economic development: institutions, policies, and growth*. San Francisco: ICS Press, 1994. p. 63–98.

ALSTON, Lee J.; LIBECAP, Gary D.; MUELLER, Bernardo. Titles, conflict, and land use: the development of property rights and land reform. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1999.

BEAUMONT, Paul; WALKER, Michael. Land reform and sustainable development. London: Earthscan, 1994.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Mato Grosso do Sul. Brasília: INCRA, 2020.

Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/notificacoes-assentamento/mato-grosso-do-sul>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Parceria impulsionará titulação em assentamentos em Mato Grosso do Sul. Brasília: INCRA, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/parceria-impulsionara-titulacao-em-assentamentos-em-mato-grosso-do-sul>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CALDARELLI, Carlos Eduardo; CAMARGO, Eliezer Ferreira. Análise do perfil socioeconômico e produtivo dos assentamentos Eli Vive I e II em Londrina-PR. *Expressa Extensão*, v. 28, n. 2, p. 17–34, maio-ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/expressaextensao>. Acesso em: 14 de julho de 2025.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; PALMEIRA, Moacir. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

MAKATU, Miriam Yumi et al. Perfil dos produtores rurais de dois assentamentos nos municípios de Brejo Alegre e Birigui, Estado de São Paulo. *Revista Geo Pantanal*, v. 18, n. 2, 2023. Disponível em:

<https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscar.html?task=detalhes&source=all&id=W2727078899>.

Acesso em: 14 de julho de 2025.

SANTOS, Sandra Nogueira dos; OLIVEIRA, Sandra Cristina de; PINTO, Leonardo de Barros. Caracterização dos assentamentos rurais do município de Mirandópolis no estado de São Paulo, Brasil. *Revista DELOS*, v. 13, n. 37, 2020. Disponível em: <https://www.eumed.net/es/revistas/delos/vol-13-no-37-diciembre-2020/assentamentos-rurais-mirandopolis>. Acesso em: 14 de julho de 2025.

SOUSA, Francisco Carlos de; COSTA, Vilmara Brito. Perfil social, econômico e produtivo de agricultores familiares no semiárido cearense. *Research, Society and Development*, v. 13, n. 3, e10213345326, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v13i3.45326>. Acesso em: 14 de julho de 2025.